

II CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGUÍSTICA HISTÓRICA
HOMENAGEM A ATALIBA TEIXEIRA DE CASTILHO
São Paulo, 07-10/02/2012

LUSOFONIA EM MOÇAMBIQUE: COM OU SEM GLOTOFAGIA?

Perpétua Gonçalves – Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique)
mpgoncalves@hotmail.com

1 – Introdução

Nos países africanos em que o português foi escolhido como língua oficial, a sua classificação como “lusófonos” é, até hoje, um “terreno polémico e nada consensual” (Rosário 2007). Obviamente, não é o termo em si – que, em sentido literal, apenas designa o conjunto dos países em que o português é língua nacional e/ou oficial– que contém ambiguidades e suscita o debate. A falta de consenso relativamente a este termo “resulta do **défice epistemológico** que não cobre as zonas cinzentas que os espíritos inquietos querem ver esclarecidos.” (Rosário 2007, meu destacado).

O intelectual moçambicano Luís Bernardo Honwana considera que “o conceito de lusofonia não corresponde a nenhuma realidade sociológica ou política e não tem qualquer validade científica”, e defende que surgiu como “forma atabalhoada para resgatar o espaço do império cuja desapareção relegou Portugal a uma situação de subalternidade no palco europeu e mundial” (2004, cp).¹ Esta é também a perspetiva de Ngomane (2012), ao interrogar: “*Lusófonos*, é? Só se for no quadro do velho sonho imperial português do além-mar, ‘do Minho a Timor’. Felizmente, e que se saiba, tal sonho ruiu, desmoronando-se completamente com as independências das ex-colónias portuguesas, há 36 anos.”

Uma das razões que torna mais discutível o uso do termo “lusófono” para designar os países africanos de língua oficial portuguesa é que ele faz tábua rasa da sua realidade linguística. Ao usar este termo “homogeneizante” (Faraco 2011), apagam-se do mapa linguístico as outras línguas faladas por vastas comunidades de todos estes países, deixando entender que o português é a língua materna maioritária das suas populações e, por conseguinte, é também a língua de cultura e de identidade a nível nacional. Cito mais uma vez Honwana (2004 cp), segundo o qual “fazer da chamada lusofonia a nossa principal apelação – em detrimento da nossa definição nacional ou da nossa pertença à África – é obliterar ou pelo menos diferir a afirmação da nossa multiculturalidade”.

Antes de desenvolver o tema desta comunicação – e para prevenir eventuais mal-entendidos – importa destacar que, ao contestar o tratamento como lusófonos dos países africanos não se está a pôr em causa a escolha do português como língua oficial, tanto mais que, pelo menos no quadro atual, este desempenha funções que as línguas locais (ainda) não podem desempenhar. Com efeito, sem excluir o uso de outras línguas internacionais como o inglês, é com esta língua que:

¹ cp = comunicação pessoal.

- fica assegurada a comunicação a nível intra- e inter- nacional,
- se acede ao ensino médio e superior,
- é possível consultar literatura científica,
- etc.

Não se trata, portanto, de conceber para estes países um cenário em que o português esteja ausente, até porque, como assinala Firmino (2002: 240), referindo-se ao caso específico de Moçambique, “o português poderá ser atualmente o único símbolo conhecido pelos moçambicanos através do qual a ideia de uma nação é imaginada e experimentada, especificamente entre os moçambicanos urbanizados”. O que está em causa é o recurso, relativamente abusivo, à lusofonia, para identificar genericamente o conjunto dos países de língua oficial portuguesa, e até para engrossar as estatísticas, quando se trata de colocar a língua portuguesa entre as mais faladas do mundo. É que, como se verá mais adiante, pelo menos no caso de países multilingues como Moçambique ou Angola, a escolha do português como língua oficial trouxe consigo um processo glotofágico,² do ponto de vista quantitativo e, sobretudo, qualitativo. Dito de outra maneira, nestes países, a lusofonia pode ser “luso-afonias” (Mia Couto 2010, meu destacado).

2 – Política linguística em Moçambique: dados históricos

Para se compreender o processo de “ganhos e perdas” de falantes e domínios de utilização das várias línguas de Moçambique, é importante fazer um breve recuo para a época colonial e para os primeiros anos do pós-independência, observando o que se passou a nível da política linguística.

Como se sabe, durante o regime colonial português – e em contraste com a política de tolerância linguística seguida por países como a Grã-Bretanha ou a Bélgica – as línguas locais eram vistas como um obstáculo aos objetivos de assimilação linguística e cultural das populações colonizadas. Por essa razão, o seu uso era proibido em domínios oficiais, ficando confinado à comunicação informal.

Esta marginalização das línguas bantu manteve-se nos primeiros anos do pós-independência, embora num quadro político-ideológico diferente. Como recorda Ba ka Khosa (2011), numa fase inicial (1975-1983), a política linguística e cultural definida pelos novos governantes não veio alterar o cenário de “uniformização cultural e ideológica”, que era considerada uma condição indispensável para a preservação da chamada ‘Unidade Nacional’. Ficaram assim goradas as expectativas iniciais de que, depois da independência, a língua portuguesa partilharia “o seu espaço hegemónico na educação, na informação, nos espaços públicos e privados, com outras línguas” (Idem 2011).

² O uso do termo *glotofágico* inspira-se no histórico estudo de Calvet (1974), *Petit traité de glottofagie*.

A política monolítica dos primeiros anos de independência começou a ser corrigida cerca de dez anos depois, como mostra o relatório do Comité Central da Frelimo (1983), citado por Ba ka Khosa (2011):

Hoje, liberto o país, devemos lutar contra a tendência simplista de recusar a diversidade como forma de realizar a unidade. Fazer isso é considerar, erradamente, que a diversidade é um elemento negativo da criação da unidade nacional; é pensar, erradamente, que a unidade nacional significa uniformidade .

Esta mudança na abordagem da relação entre o português e as línguas bantu locais manifestou-se de forma mais objetiva a partir dos anos 90, como parte do enquadramento do país no contexto global e regional, caracterizado por uma viragem político-ideológica, em que se valoriza o espírito multipartidário, multilingue e multicultural (Chimbutane 2011: 45). Entre outros acontecimentos, destaca-se a introdução de uma nova Constituição (RM 1990) onde, pela primeira vez na história de Moçambique independente, o Estado promove o uso das línguas locais na vida pública, incluindo na educação.

3 – Situação linguística de Moçambique:

3.1 – Dados estatísticos

De que maneira a política linguística adotada na época colonial, que se prolonga no Moçambique independente, se reflete na sua situação linguística, nomeadamente no número de falantes de português e de línguas bantu?

Os dados dos diferentes Censos Populacionais realizados ao longo de quase 30 anos (1980, 1997 e 2007), apresentados nos Quadros 1 e 2, podem ajudar a responder a esta questão.

No que se refere ao número de falantes de português e de línguas bantu como línguas maternas (L1), os dados do Quadro 1 mostram que, poucos anos depois da independência (1980), era ínfima a percentagem de falantes de português como L1, sendo as línguas bantu as L1 da quase totalidade da população. Do ponto de vista quantitativo, por conseguinte, pode dizer-se que a política assimilacionista do regime colonial não teve efeitos glotofágicos imediatos e diretos. Entre outros aspetos, é possível que a fraca implantação dos colonos no território moçambicano, e, mais particularmente, a exclusão da população nativa da instrução oficial – totalmente ministrada em português – tenham contribuído para explicar esta situação minoritária do português, em contraste com as línguas bantu. Entre 1980 e 2007, contudo, este quadro começa a alterar-se: o número de falantes de L1 bantu começa diminuir em cerca de 13 %. Pelo contrário, neste mesmo período, o número de falantes de português L1 quase decuplicou.

LÍNGUA MATERNA	% de Falantes 1980	% de Falantes 1997	% de Falantes 2007
Línguas Bantu	98.8	93.5	85.2
Português	1.2	6.5	10.7

Quadro 1 – *Moçambique: distribuição percentual das L1 em 1980, 1997 e 2007*

Se se combinar esta informação com os dados apresentados no Quadro 2, verifica-se a tendência a um aumento considerável do número de falantes de português L2 que, ao longo de quase 30 anos de independência do país, subiu 16.5 %. Atualmente, cerca de 40 % da população moçambicana é bilingue, e, no seu conjunto, os falantes de português L1 e L2 representam mais de metade da população.

Entre as causas que podem explicar este aumento espetacular do número de falantes de português, pode estar não só na política educacional seguida depois da independência – caracterizada por uma forte expansão da rede escolar – como também na pré-disposição da população, sobretudo a que vive nos centros urbanos, para optar pelo português como língua de comunicação, em detrimento das línguas bantu. Não é seguramente alheia a esta “discriminação positiva” do português a política linguística seguida na época colonial que se manteve no pós-independência, em que esta é a língua que confere prestígio social, e as línguas bantu não eram valorizadas nem do ponto de vista sócio-económico, nem cultural.

	% de Falantes em 1980	% de Falantes em 1997	% de Falantes em 2007
Português L2	23.2	33.0	39.7
Português L1 e L2	24.4	39.5	50.4

Quadro 2 – *Moçambique: evolução da percentagem de falantes de português L1 e L2 em 1980, 1997 e 2007*

Em suma, e retomando as palavras de Mia Couto ([2010] 2011): 30), “fala-se hoje mais português em Moçambique do que na época colonial. O governo moçambicano fez mais pela língua portuguesa do que os 500 anos de colonização.” Note-se, contudo, que, como também afirma o escritor, este contributo para o aumento do universo de falantes de português não decorre de um projeto chamado lusofonia: o governo moçambicano fê-lo “no seu próprio interesse nacional, em defesa da sua coesão interna, pela construção da sua própria interioridade” (Idem: 31).

3.2 – Informação qualitativa

Sem negar a relevância dos dados estatísticos, é importante cruzá-los com informação qualitativa, que não podem ser captadas a partir dos dados estatísticos, e que pode revelar novas dimensões da situação linguística de Moçambique. Por exemplo, quando dizemos que, em 2007, 85.2 % da população tem línguas bantu como L1, parecemos estar a assumir que os indivíduos incluídos neste grupo têm a mesma

competência/proficiência nas suas L1.³ Na verdade, as respostas à pergunta do Censo “Em que língua aprendeu a falar?” apenas permitem estabelecer, com alguma segurança, quais são as L1 da população moçambicana, mas não dão informação sobre a competência/proficiência dos falantes nas suas L1. Por seu turno, as respostas à pergunta “Sabe falar Português?” também têm de ser interpretadas com algum cuidado. Esta é uma pergunta muito vaga, que não oferece aos indivíduos recenseados opções sobre o seu domínio desta língua (por exemplo, “bem”, “suficiente”, “pouco”). Neste caso, são os próprios recenseados que se autoavaliam relativamente à sua competência nesta língua, com base em critérios não uniformes e, muito provavelmente, também pouco rigorosos do ponto de vista científico.

No que se refere mais particularmente às línguas bantu, a situação é mais complexa do que seria talvez esperável. Embora não tenha ainda sido realizada uma pesquisa orientada especificamente para a caracterização da competência/proficiência dos falantes destas línguas como L1, é possível afirmar – com base em observação empírica e em declarações recolhidas em contactos informais – que existe um *continuum* de variação relativamente amplo, que os dados estatísticos não permitem captar. Num dos extremos desse *continuum*, poderão estar os falantes que adquirem as línguas bantu através de um processo de transmissão regular, geralmente em contexto rural (quase) monolíngue, e que alcançam uma competência plena nas suas L1. No outro extremo desse *continuum*, estão aqueles que poderiam ser designados como ‘semi-falantes’⁴ de L1 bantu, com português como L2 – sobretudo os mais escolarizados e que vivem em meio urbano – que parecem constituir uma evidência do fenómeno de ‘erosão’ ou de perda linguística parcial (*language loss* ou *language attrition*), que ocorre em geral em situações de contacto de línguas ou de aprendizagem de uma L2 em contextos de emigração (cf. Major 1992). Com efeito, no caso deste grupo de falantes de L1 bantu com português como L2, verifica-se que, em muitos casos, estes apenas compreendem os enunciados (orais) nestas línguas, mas têm dificuldades a nível da produção. De uma forma geral, estes falantes foram expostos às suas L1 bantu na primeira infância em contexto familiar e, a partir da entrada para a escola, o português passou a ser a sua língua de comunicação dominante. O fenómeno de ‘erosão’ ou perda linguística parcial decorre assim de uma exposição restrita às suas L1. Esta é uma dimensão glotofágica do português que está para além dos números, e que não foi, até hoje, explorada nos estudos sobre a situação linguística moçambicana. De uma forma geral, quando se menciona a percentagem de falantes de línguas bantu, assume-se que, pelo facto de estas serem as suas L1, todos têm uma competência/proficiência plena e idêntica nestas línguas, o que está longe de corresponder à realidade linguística moçambicana.

Por sua vez, os dados quantitativos fornecidos pelos Censos Populacionais também não dão conta do facto de que, no que se refere à competência/proficiência dos falantes de

³ O termo *competência* é aqui usado como ‘conhecimento linguístico de uma língua que os falantes já interiorizaram’. O termo *proficiência* refere-se à habilidade dos falantes para usarem esse conhecimento em diversas tarefas. Cf. Ellis (2008).

⁴ Termo usado por Dorian (1981, *apud* Flores (no prelo)) para distinguir a competência em L1 dos emigrantes de segunda geração.

português L2, existe igualmente um espectro de variação relativamente amplo, que inclui desde as subvariedades ‘basiletais’ até às subvariedades ‘educadas’, mais próximas do padrão europeu. Embora as primeiras não tenham sido, até hoje, estudadas de forma sistemática, sabe-se que há falantes de português que têm um léxico muito reduzido e um conhecimento restrito das suas propriedades gramaticais.⁵ Desconhece-se quantos dos falantes destas subvariedades basiletais terão respondido afirmativamente à pergunta dos Censos “Sabe falar Português?”.

Este espectro de variação quer das línguas bantu quer do português repercute naturalmente, de forma relevante, no(s) tipo(s) de bilinguismo da população. Quando se afirma que 40 % dos moçambicanos são bilingues, está-se a falar de um grupo heterogéneo que se distribui ao longo de um *continuum* de diferentes competências e níveis de proficiência, tanto em português como em línguas bantu. Só com base neste tipo de informação, seria possível avaliar o grau de lusofonia ou de “lusofonia” da população que declarou saber falar português.

Uma outra dimensão qualitativa da situação linguística moçambicana, que os dados estatísticos não permitem captar, diz respeito aos domínios de utilização do português e das línguas bantu. Deste ponto de vista, pode dizer-se que, ao longo de quase 40 anos de independência, o cenário da época colonial pouco se alterou. Até hoje, o português, a língua oficial, é não só a língua usada nas instituições públicas e a língua dominante na escolarização, como também funciona como o principal veículo de acesso ao emprego formal e aos benefícios socioeconómicos daí decorrentes. Por conseguinte, apesar de as línguas bantu ainda serem as mais faladas em Moçambique, elas não são usadas nos domínios mais prestigiados da comunicação. Pelo contrário, como corolário da posição proeminente do português, até hoje, as línguas bantu quase não se fazem ouvir na vida pública, sendo tipicamente usadas nos chamados domínios “baixos”, isto é, na comunicação familiar ou entre pessoas da mesma origem étnica. Além disso, como salienta Honwana (2009), estas línguas quase não são usadas em programas de entretenimento, e também não “ressoam no espaço nobre das assembleias”, mesmo em casos em que os seus membros não têm a necessária fluência em Português, prejudicando assim a “qualidade do contributo que poderiam prestar, se utilizassem a sua língua mãe”. Até muito recentemente, as línguas bantu apenas eram usadas em áreas restritas dos domínios “altos”, nomeadamente atividades religiosas, transmissões

⁵ Esta parece ser uma área promissora de investigação, que valeria a pena explorar. Por exemplo, tomando como base pesquisas que já mostraram que o grau de instrução tem um papel determinante no nível de conhecimento linguístico alcançado pelos falantes, seria interessante verificar até que ponto este poderia ser usado como indicativo da sua competência/proficiência em português, permitindo assim dar mais rigor aos dados estatísticos. Uma outra hipótese de trabalho a explorar no quadro da pesquisa sobre este *continuum* de bilinguismo, poderia ter como alvo verificar se os falantes com mais competência/proficiência em L1 bantu são os que, em geral, têm menos competência/proficiência em português L2, e se, por sua vez, os falantes com mais competência/proficiência em português L2 são os que, em geral, têm menos competência/proficiência em L1 bantu.

radiofónicas (e, mais timidamente, televisivas) e momentos pontuais da vida pública (por exemplo, campanhas de mobilização política). Em suma, as línguas bantu – que muitos consideram ser as únicas verdadeiras línguas moçambicanas – não são ainda reconhecidas como uma mais-valia, tanto do ponto de vista individual como social. Para Ba Ka Khosa (2011), como resultado de uma política linguística que valorizou exageradamente o português, “esmagámos as notas da diversidade, silenciámos as vozes que vinham das furnas do tempo e, movidos por pretensões ideológicas de difícil sustentação, tentamos erigir um corpo, permitam-me o empréstimo, sem ADN, incharacterístico, inosso, descolorido, de voz monótona, desenraizada, totalmente à deriva.”

Atualmente, contudo, com a oficialização do ensino bilingue em 2003, e consequente utilização das línguas bantu na escolarização, este cenário parece estar a mudar.

A introdução do ensino bilingue em Moçambique é o resultado de um processo relativamente longo e complexo que, como salienta Chimbutane (2011), não pode ser dissociado da viragem político-ideológica dos anos 90, já aqui referida. É esta viragem que abre a possibilidade de lançar, em 1993, o primeiro *Projecto de Escolarização Bilingue em Moçambique* (1993-1997), implementado em duas províncias (Gaza e Tete), e em duas línguas bantu distintas (changana e nyanja).

Dez anos depois do início desta primeira experiência, o ensino bilingue foi oficialmente introduzido em Moçambique, tendo vindo a registar um aumento significativo do número de escolas e de línguas envolvidas: de 14 escolas em 2003, as estimativas oficiais apontam para a existência de 200 escolas em 2010, envolvendo 16 das cerca de 20 línguas bantu faladas no país (INDE 2008).

Do ponto de vista sociocultural, Chimbutane (2011) constatou que o ensino bilingue está a ter impacto substancial na valorização e legitimação das línguas e culturas locais, na preservação e desenvolvimento dessas línguas e também na integração de comunidades e saberes locais na vida escolar. Este autor considera assim que “o ensino bilingue está a contribuir para uma mudança em termos de percepções dos cidadãos sobre as línguas e práticas culturais locais, uma vez que, a acrescentar ao seu papel tradicional como símbolos de identidade e autenticidade, as línguas locais tendem agora a ser também percebidas como recursos válidos a usar nos domínios da educação e desenvolvimento” (Idem: 162)

Em síntese, de acordo com Chimbutane (2011), o ensino bilingue está a contribuir para aumentar a visibilidade das línguas locais, podendo prever-se que, para além de motivações socioculturais, aprender línguas locais pode vir a ter também motivações socioeconómicas, contrariando assim a tendência geral a considerar o português como a única língua de acesso a mercados laborais formais. De alguma maneira, o ensino bilingue parece estar a revelar-se como uma das “fórmulas inovadoras” sugeridas por Honwana (2009) que pode garantir “o exercício da plena cidadania a todos os moçambicanos [e] a integração no projecto nacional da diversidade” que caracteriza Moçambique.

Em alternativa ao cenário homogeneizante que a lusofonia instaura, este intelectual moçambicano aponta para um reconhecimento cada vez maior das referências nacionais nomeadamente “valores, crenças, percepções, narrativas, mitos, aspirações, criações do espírito, realizações colectivas – tudo aquilo que, sendo o produto da história e da socialização, a todos se imponha como património comum, independentemente da zona do país em que se tenham produzido e da língua em que são propostos e do grupo que primeiro os perfilhou.”

Para atingir este tipo de objetivos, ainda há um longo caminho a percorrer. No momento atual, a proposta de Faraco (2011) parece ser a mais adequada: o melhor que temos a fazer é “aprofundar os nossos debates sobre formas de expandir a compreensão crítica da nossa real situação, não deixando de construir laços de cooperação efetiva, sem, contudo, qualquer perspectiva centralizadora, patrimonialista e impositiva.”

REFERÊNCIAS

- Ba Ka Khosa, Ungulani (2011) Memórias perdidas, identidades sem cidadania (Comunicação apresentada no *Colóquio Internacional “Portugal entre Desassossegos e Desafios”*). *Jornal Notícias*, Suplemento Cultural, 23 e 30/03/2012.
- Calvet, Jean Louis (1974) *Linguistique et colonialisme: Petit traité de glottofagie*. Paris: Petite Bibliothèque Payot.
- Chimbutane, Feliciano (2011) *Rethinking Bilingual Education in Post-Colonial Contexts*. Clevedon/Avon: Multilingual Matters.
- Couto, Mia (2010) Luso-aphonies, la lusophonie entre voyages et crimes. In *Et si Obama était africain?*, pp. 17-38. Paris: Chandeigne.
- Ellis, Rod (2008) *The study of second language acquisition*. Oxford: Oxford University Press.
- Faraco, Carlos (2011) A língua portuguesa no contexto internacional: Perspetivas e impasses. Conferência apresentada no *Colóquio Português em contexto africano multilingue: em busca de consensos* (Maputo, 15/09/2011) (não publicada)
- Firmino, Gregório (2002) *A “questão linguística” na África pós-colonial: O caso do Português e das línguas autóctones em Moçambique*. Maputo: Promédia.
- Flores, Cristina (2012), *Português língua não materna. Discutindo conceitos de uma perspetiva linguística*. In Rosa Bizarro, Maria Alfredo Moreira & Cristina Flores (orgs), *Português língua não materna: investigação e ensino*. Lisboa: LIDEL
- Honwana, Luís Bernardo (2009) A rica nossa cultura. *Semanário Savana*, 10/06/2009.
- Major, Roy (1992) Loosing English as a first language. *The Modern Language Journal*, 76: 190-208.

Ngomane, Nataniel (2012) *Lusofonia: quem quer ser apagado?* Semanário SOL, 06/01/2012.

República de Moçambique (RM) (1990) Constituição da República. *Boletim da República*, I Série, Nº 44. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

Rosário, Lourenço do (2007) Lusofonia: Cultura ou Ideologia? Comunicação apresentada no *IV Simpósio Internacional da Língua Portuguesa* (Maputo, Maio/2007). (não publicada)